

## APRESENTAÇÃO

Conforme determinação estatutária, e prosseguindo uma política de transparência, o IGCP apresenta em documento próprio o Relatório Anual de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, disponibilizando as informações respeitantes à gestão da dívida e das disponibilidades de tesouraria em 2011.

Num contexto de continuação e aprofundamento da crise das dívidas soberanas, o ano de 2011 fica marcado pelo pedido de assistência económica e financeira de Portugal, que culminou na assinatura do *MoU* com a CE e BCE, e do *MEFP* com o FMI, em 17 de maio. No que se refere ao IGCP, estes factos obrigaram a um reequacionamento profundo da respetiva atividade, já que através do PAEF ficaram asseguradas as necessidades de financiamento de médio e longo prazo até setembro de 2013. Neste contexto, registou-se uma alteração significativa das fontes de financiamento face ao modelo habitual, com os instrumentos de recurso ao mercado a registarem emissões líquidas negativas, o que aconteceu pela primeira vez com as Obrigações do Tesouro, cujas emissões ficaram suspensas na sequência da assinatura do PAEF. No que se refere à emissão de Bilhetes do Tesouro, também negativas em termos líquidos, estes passaram a consubstanciar o instrumento fundamental de recurso ao mercado, que passou a concentrar-se nos prazos mais curtos (três e seis meses), só se tendo registado condições de mercado que permitissem prazos mais longos já no primeiro trimestre do ano corrente. Os instrumentos de financiamento de retalho (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro) registaram, no seu conjunto e não obstante comportamentos diferenciados, um decréscimo significativo do respetivo saldo, refletindo um movimento de resgates que, no caso dos Certificados de Aforro, terá sido motivado, por um lado, pelo crescente diferencial das taxas oferecidas face a alternativas de poupança no sistema financeiro nacional, e, por outro lado, por uma perceção de risco acrescido. Em resultado destas tendências, a composição da dívida no final do ano transato apresentava-se substancialmente diferente do quadro tradicional, com a generalidade das componentes que habitualmente a integram a registar decréscimos e com os empréstimos no âmbito do PAEF a representarem já 20,5% do total.

O alargamento do princípio da unidade da tesouraria do Estado às Empresas Públicas não Financeiras, imposto pela Lei Orçamental, conduziu a um alargamento importante do número de entidades utilizadoras dos sistemas do IGCP, bem como a uma diversificação da respetiva tipologia, tendo sido possível a manutenção dos níveis de serviço e o alargamento da gama de produtos oferecidos, nomeadamente com a introdução dos CEDIM, instrumento que permite aplicações por prazos mais alargados dos que eram possíveis até o seu lançamento e que se revelou particularmente ajustado às necessidades das entidades recém integradas no universo da tesouraria do Estado. Deste modo, foi possível manter em níveis elevados o cumprimento do princípio da unidade da tesouraria do Estado.

O Conselho Diretivo do IGCP expressa o seu agradecimento aos elementos do Conselho Consultivo e da Comissão de Fiscalização pela sua colaboração e empenho no exercício das respetivas atribuições.

Finalmente, uma palavra especial de reconhecimento aos colaboradores do Instituto, que com a sua dedicação e profissionalismo contribuíram decisivamente para o desempenho da instituição num período particularmente difícil.

O Conselho Diretivo

Março de 2012

## ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DO IGCP\*

### CONSELHO DIRETIVO

Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares (Presidente)

António Abel Sancho Pontes Correia (Vogal)

Luís Adriano Alberti de Varennes e Mendonça (Vogal)

### CONSELHO CONSULTIVO\*\*

Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares (Presidente)

António do Pranto Nogueira Leite

Maria dos Anjos de Melo Machado Nunes Capote

Vasco Manuel da Silva Pereira

José Agostinho de Matos\*\*

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

José Maria Teixeira Leite Martins (Presidente)

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, representado pelo ROC Amável Alberto Freixo Calhau

\* À data da conclusão do Relatório

\*\* Até 21 de julho de 2011